

TEORIAS DA HEGEMONIA: EPISTEMOLOGIAS E POLÍTICA

THEORIES OF HEGEMONY: EPISTEMOLOGIES AND POLITICS

Javier Balsa¹
Diogo Valença de Azevedo Costa²
Gabriel Bandeira Coelho³

APRESENTAÇÃO

As disputas hegemônicas testemunhadas atualmente em escala internacional, afetando países e blocos regionais, cujas raízes podem ser observadas na ofensiva dos grandes conglomerados multinacionais, do capital financeiro ou “improdutivo” e das superpotências interimperialistas de sustentarem o sistema capitalista mundial de poder, trazem novos desafios às ciências sociais. Nesse sentido, a construção de teorias da hegemonia se faz relevante, não apenas à análise de situações políticas concretas verificadas em diferentes países, regiões e blocos continentais num âmbito mundial, mas, também, para uma necessária tomada de posição, por parte dos e das cientistas sociais, nos próprios rumos dos acontecimentos históricos. Tal postura pode auxiliar na busca de soluções democráticas capazes de impulsionar os blocos políticos contra-hegemônicos e antagônicos ao sistema capitalista mundial de poder e sua correlata ideologia de mercantilização e reificação da vida social. Tanto a mercantilização quanto os processos de reificação, ademais, estão sendo radicalmente aprofundados numa velocidade praticamente inconcebível pelo neoliberalismo e seu viés antidemocrático.

¹ IESAC-UNQ (Instituto de Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea-Universidad Nacional de Quilmes)/CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas). E-mail: jjbalsa@unq.edu.ar.

² Professor Doutor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Email: valencadiogo@hotmail.com

³ Doutor em Sociologia pela UFRGS e professor no (IFC) - Instituto Federal Catarinense. Email: gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br

Por essas e outras motivações não menos importantes é que o presente dossiê intitulado “**Teorias da Hegemonia: Epistemologias e Política**” foi pensado e articulado. É cada vez mais urgente a necessidade de explorar, construir e desconstruir, aos moldes de uma “arqueologia”, o conceito de hegemonia e suas mais diversas implicações teóricas, epistemológicas e políticas. Não é novidade que o tecido social tem se tornado muito mais complexo em relação a períodos anteriores, e até mesmo mais recentes. Tal dinâmica reivindica novas e complexas atualizações e aprofundamentos a respeito dos modelos teóricos os quais buscam desvendar as nuances da realidade social. Sendo assim, o conceito de hegemonia, seja ele aplicado a partir do fundacionalismo, do pós-fundacionalismo, do marxismo ou do pós-marxismo ainda possui importante robustez analítica para ajudar os e as cientistas sociais a conceberem as direções para as quais os ventos do *modus operandis* capitalista tem transladado a sociedade.

Frente a isso, os dois primeiros artigos abordam, a partir de distintos ângulos, a questão do sujeito político nas teorizações de Ernesto Laclau. Fabio Frosini, em “Sobre populismos, hegemonia, retórica e conteúdo social”, destaca a importância do conceito de “sobredeterminação” para poder explicar como se torna possível que, na constituição retórica do “povo”, a articulação entre *plebs* e *populus*, entre parte e todo, haja uma relação de substituição que, sem embargo, nunca se fecha. Por sua vez, Frosini diferencia entre situações históricas distintas, nas quais essa constituição do “povo” pode remeter a características mais “plebeias” ou mais “liberais”, segundo o peso de ambos os elementos dessa operação retórica. Assim, o autor busca apresentar as principais diferenças entre os processos que procuram colocar a *plebs* no lugar do *populus* e outros que intentam subsumir a *plebs* no *populus*, com todo o impacto gerado por essas diferenças no tipo de ordem política que constroem.

Já no artigo “Hegemonia, subjetividad y sujeto: notas para un debate a partir del posmarxismo de Ernesto Laclau”, Martín Retamozo procura dar clareza conceitual à relação entre esses três conceitos no trabalho do pensador argentino. Para tanto, o autor parte da distinção entre a questão da conformação dos sujeitos e sua relação com a hegemonia, e a questão da estratégia política. Neste sentido, destaca que, embora a ordem produza subjetividades e exerça o poder constitutivo-performativo nos/sobre os corpos, tal ordem pode ser parcialmente interrompida pelo ato de decisão, performativo, do

sujeito. Logo em seguida, Retamozo especifica que é a partir das identidades históricas constituídas na ordem que é possível pensar as intervenções políticas capazes de constituí-las como identidades políticas, as quais podem operar como coletivos de identificação e/ou como agentes (somente neste caso seriam sujeitos políticos).

De alguma maneira, essa mesma questão do sujeito das disputas pela hegemonia, porém a partir de agora numa perspectiva gramsciana, está presente no artigo de Javier Balsa, “Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a 'revolução (ou a reforma) em permanência' a partir do próprio aparelho estatal”. Balsa destaca que nos processos de universalização poderia surgir a possibilidade de diluição das identidades e dos interesses da própria classe fundamental, analisando, ademais, os fatores que agravam esse potencial distanciamento entre o projeto hegemônico e os interesses das classes fundamentais. Assim, o autor passa a refletir sobre a relação entre intelectuais orgânicos e classes fundamentais, a questão dos intelectuais tradicionais, a inclinação universalizante da pequena burguesia, a tendência do Estado a impor uma lógica universalizante e as dificuldades geradas pelo caráter retórico das operações hegemônicas. Finalmente, o artigo também remete às teorizações de Ernesto Laclau e incorpora sua diferenciação de duas lógicas na construção da hegemonia, propondo conservar uma lógica agonial no aparelho de Estado, com o intuito de manter a “revolução (ou a reforma) em permanência”.

Os dois últimos artigos deste dossiê aproximam-se por uma temática comum: a questão religiosa no pensamento de Antonio Gramsci. Em “Religion et hégémonie dans les écrits de Gramsci: de la *potestas indirecta* jésuite à l’herésie des subalternes”, Marie Lucas argumenta que a elaboração da noção de hegemonia pelo autor dos *Cadernos do cárcere* se constrói de maneira indissociável de uma reflexão sobre as religiões históricas. Em suas análises do “poder indireto” dos jesuítas, Gramsci delineia um paradigma de conquista hegemônica, “admirado por sua eficácia e condenado por sua rigidez autoritária”, que lhe serve de “modelo e contra-modelo” para pensar a construção da hegemonia por parte dos setores subalternos. Para fundamentar seus argumentos, Lucas recorre a uma leitura rigorosamente diacrônica dos escritos de Gramsci, desde o período pré-carcerário até a redação dos *Cadernos do cárcere*, a fim de reconstruir como as reflexões sobre a questão religiosa vão sendo reelaboradas em íntima relação com as indagações do marxista sardo sobre a política compreendida como hegemonia.

Por fim, no artigo “Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas”, Diogo Valença de Azevedo Costa se utiliza do conjunto de pesquisas que tematizam a questão religiosa em Gramsci e de algumas considerações sobre os *Cadernos do cárcere*, cujo objetivo é o de argumentar como a noção de hegemonia se construiu de maneira indissociável de investigações históricas sobre a religião católica na Itália e outros países da Europa. A partir disso, o autor aponta hipóteses para futuros trabalhos concernentes às relações conflitantes entre religião e disputas hegemônicas nas sociedades contemporâneas. Pensando, sobretudo, no poder eleitoral das confissões neopentecostais na atualidade brasileira, Valença sugere que na análise das interfaces entre religião e política, a categoria de hegemonia, tomada como “relações de forças”, seria fundamental para compreender as disputas ideológicas na sociedade civil e no Estado.

É com grande satisfação que os organizadores encerram esta apresentação com a aspiração de que leitores e leitoras possam utilizar os artigos aqui presentes para os mais variados objetivos, sejam eles de pesquisa, curiosidade, aprofundamento ou, ainda, como lente teórica e epistemológica a futuras investigações. Deseja-se, ao fim e ao cabo, uma excelente leitura a todos e todas. Que este dossiê possa somar-se às inúmeras contribuições já existentes, as quais lançam mão do conceito de hegemonia enquanto categoria de análise central à compreensão dos conflitos políticos emergentes.

Os Organizadores